



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 6/2013

Disponibilização: 25 de março

Período abrangido: 11 a 22 de março

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS**
- 2. ATIVIDADE PARLAMENTAR**
- 3. AGRICULTURA CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURO AGRO/PECUÁRIA**
- 4. CIDADANIA**
- 5. COMÉRCIO**
- 6. EDUCAÇÃO**
- 7. EMPREGO**
- 8. ENERGIA**
- 9. FINANÇAS**
- 10. GOVERNO**
- 11. JOGOS DE FORTUNA E AZAR**
- 12. JUSTIÇA**
- 13. SAÚDE**
- 14. TRABALHO**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS

Decreto Regulamentar n.º 2/2013, de 18 de março

(Ministério da Administração Interna)

Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, que regulamenta a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional

2. ATIVIDADE PARLAMENTAR

Declaração n.º 2/2013, de 15 de março

(Assembleia da República)

Declaração sobre a caducidade do processo relativo à Apreciação Parlamentar n.º 42/XII

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

Portaria n.º 104/2013, de 12 de março

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Determina que no ano de 2013 são assegurados pelo Fundo Florestal Permanente os apoios financeiros ao funcionamento das equipas de sapedores florestais

Decreto-Lei n.º 37/2013, de 13 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei 256/2009, de 24 de setembro, que estabelece o regime das normas técnicas aplicáveis à proteção integrada, à produção integrada e ao modo de produção biológico, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 8/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e aos serviços no mercado interno

Portaria n.º 110/2013, de 19 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Segunda alteração à Portaria n.º 533-G/2000, de 1 de agosto, que aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 3.4: Colheita, Transformação e Comercialização de Cortiça, do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural



Despacho n.º 4080/2013, de 19 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Altera o Despacho n.º 3318/2013, de 1 de março, que concede um apoio à reconstituição e reposição do potencial produtivo das explorações que tenham sido danificados na sequência das fortes intempéries ocorridas em 19 e 20 de janeiro de 2013

Decreto-Lei n.º 42/2013, de 22 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Estabelece o regime aplicável aos contratos de compra e venda de leite cru de vaca, celebrados entre produtores, intermediários e transformadores

4. CIDADANIA

Declaração de Retificação n.º 15/2013, de 19 de março

(Assembleia da República)

Declaração de retificação à Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, sobre «29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013

5. COMÉRCIO

Decreto-Lei n.º 38/2013, de 15 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Regula o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, concluindo a transposição da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa

6. EDUCAÇÃO

Portaria n.º 102/2013, de 11 de março

(Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros)

Estabelece o valor das taxas de frequência e das taxas pela realização de provas de certificação de aprendizagem do Ensino Português no Estrangeiro

7. EMPREGO

Portaria n.º 106/2013, de 14 de março

(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à criação da medida de apoio ao emprego «Estímulo 2013», que promove a contratação e a formação profissional de desempregados e revoga a Portaria n.º 45/2012, de 13 de fevereiro



8. ENERGIA

Decreto-Lei n.º 39/2013, de 18 de março

(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de dezembro, que estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final e transpõe a Diretiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril

9. FINANÇAS

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Portaria n.º 103/2013, de 11 de março

(Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social)

Aprova um anexo próprio ao modelo 3 da declaração do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, designado "ANEXO SS" e as respetivas instruções de preenchimento

Portaria n.º 107/2013, de 15 de março

(Ministério das Finanças)

Estabelece os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira

10. GOVERNO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013, de 19 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o Aproximar - Programa de Descentralização de Políticas Públicas

11. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

Portaria n.º 112/2013, de 21 de março

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Sexta alteração ao Regulamento da Lotaria Instantânea, aprovado pela Portaria n.º 552/2001, de 31 de maio

Portaria n.º 113/2013, de 21 de março

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Nona alteração ao Regulamento do EUROMILHÕES, aprovado pela Portaria n.º 1267/2004, de 1 de outubro

Portaria n.º 114/2013, de 21 de março

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Oitava alteração ao Regulamento do JOKER, aprovado pela Portaria n.º 550/2001, de 31 de maio

Portaria n.º 115/2013, de 22 de março

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Primeira alteração ao Regulamento do Totoloto, aprovado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de Março e primeira alteração o Regulamento da Lotaria Nacional, aprovado pela Portaria n.º 1016/2010, de 4 de outubro



Portaria n.º 116/2013, de 22 de março
(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Quinta alteração ao Regulamento do Totobola, aprovado pela Portaria n.º 39/2004, de 12 de Janeiro

12. JUSTIÇA

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 96/2013, de 12 de março
(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 280/2001, de 23 de outubro, na parte em que reserva aos indivíduos de nacionalidade portuguesa ou de um país membro da União Europeia, sem prejuízo do disposto em convenções ou em outros instrumentos internacionais em vigor no ordenamento jurídico nacional, a faculdade de requerer a inscrição marítima

Declaração de Retificação n.º 15/2013, de 19 de março
(Assembleia da República)

Declaração de retificação à Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, sobre «29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2013, de 20 de março
(Supremo Tribunal de Justiça)

A ameaça de prática de qualquer um dos crimes previstos no n.º 1 do artigo 153º do Código Penal, quando punível com pena de prisão superior a três anos, integra o crime de ameaça agravado da alínea a) do n.º 1 do artigo 155º do mesmo diploma legal

Acórdão n.º 86/2013, de 20 de março
(Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 1.º, n.º 2, 3.º, alínea d), e 18.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica)

Declaração de Retificação n.º 16/2013, de 22 de março
(Assembleia da República)

Declaração de retificação à Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, sobre «20.ª alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013

13. SAÚDE

Decreto-Lei n.º 40/2013, de 18 de março
(Ministério da Saúde)

Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de maio, transpondo as Diretivas n.os 2012/2/EU e 2012/3/UE, de 9 de fevereiro, 2012/14/EU e 2012/15/UE, de 8 de maio, 2012/16/UE, de 10 de maio, 2012/20/UE, de 6 de julho, 2012/22/UE, de 22 de agosto, 2012/38/UE, de 23 de novembro, 2012/40/UE, 2012/41/UE, 2012/42/EU, 2012/43/UE, de 26 de novembro, e alterando a lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas



Despacho n.º 4294-A/2013, de 22 de março

(Ministérios da Economia e do Emprego e da Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e da Saúde)

Aplica, a partir de 1 de abril de 2013, a redução de 15% aos PVP (preços máximos de venda ao público) fixados pelo artigo 3.º da Portaria n.º 364/2010, de 23 de junho, relativos a reagentes (tiras-teste) para determinação de glicemia, cetonemia e cetonúria e das agulhas, seringas e lancetas destinadas a pessoas com diabetes

14. TRABALHO

Lei n.º 24/2013, de 20 de março

(Assembleia da República)

Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP)